



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Handwritten signature and initials.

**Procedimento concursal comum para preenchimento de um (1) posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para o Serviço Académico (SA).
(Aviso n.º 9036/2024/2)**

**PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS
DURAÇÃO DA PROVA: 90 Minutos
Tolerância: 30 Minutos
27 de julho de 2024**

Instruções:

Nas questões de escolha múltipla deverá assinalar a sua opção (somente uma por pergunta) com . Caso pretenda corrigir alguma resposta, deverá colocar à volta da resposta errada e colocar na nova opção de escolha.

As respostas de desenvolvimento deverão ocupar somente os espaços destinados para o efeito. Durante a realização da prova, é permitida a consulta de legislação não anotada, exclusivamente em suporte papel.

Após entrega da prova, o júri destacará a parte inferior da primeira folha, arquivando-a em envelope fechado, o qual só será aberto após a correção das provas.

Cotações das questões:

Questão	Valor	Questão	Valor	Questão	Valor
1	0,5	11	0,5	21	2,5
2	0,5	12	0,5	22	2,5
3	0,5	13	0,5	23	5
4	0,5	14	0,5		
5	0,5	15	0,5		
6	0,5	16	0,5		
7	0,5	17	0,5		
8	0,5	18	0,5		
9	0,5	19	0,5		
10	0,5	20	0,5		

Código	Nome Completo	Assinatura
2		

Grupo I

Perguntas de Escolha Múltipla

1. As instituições de ensino superior públicas são compostas por órgãos de governo. Das opções *infra* indicadas, indique a opção correta.

- a) Reitor
Conselho de Gestão
Conselho Geral
Senado Académico
Conselho Académico
Conselho Pedagógico
- b) Conselho Geral
Reitor
Presidente
Conselho de Gestão
- c) Conselho de Gestão
Conselho Geral
Senado Académico
Conselho Consultivo
- d) Reitor
Conselho Geral
Conselho de Gestão
Senado Académico
Outros órgãos consultivos
- e) Reitor
Conselho de Gestão
Conselho Geral
Senado Académico
Conselho Consultivo
Conselho Científico

2. Na Universidade de Lisboa quem tem competência para fixar as propinas?

- a) Conselho Consultivo
b) Conselho Geral
c) Conselho de Gestão
d) Reitor
e) Senado
f) Nenhuma das anteriores



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3. Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, quem tem competência para organizar a Distribuição de Serviço Docente?

- a) O Diretor executivo
- b) O Conselho de Escola
- c) O Conselho Pedagógico
- d) A Divisão Académica
- e) O Conselho Científico
- f) O Conselho Académico

4. Se um trabalhador da função pública ao receber a sua avaliação de desempenho quiser, antes da homologação da mesma, apresentar reclamação, a quem pode solicitar a apreciação do seu processo?

- a) Ao Gabinete de Recursos Humanos
- b) Ao Diretor
- c) À Comissão Paritária
- d) Ao Ministério da Educação e Ciência
- e) Ao Reitor

5. O Conselho Científico é o órgão de gestão científica e cultural da Faculdade de Direito. Indique qual das seguintes afirmações está correta.

- a) O Conselho Científico é composto por quinze professores e investigadores doutorados.
- b) Um professor auxiliar pode ser eleito Presidente do Conselho Científico.
- c) Os membros do Conselho Científico são eleitos pelo conjunto dos professores e investigadores doutorados de carreira e restantes docentes e investigadores em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a dois anos.
- d) Cabe ao Conselho Científico aprovar os regulamentos dos cursos de mestrado e doutoramento.
- e) Cabe ao Conselho Científico aprovar os regulamentos de avaliação dos três ciclos, sob proposta de qualquer dos seus membros, do Diretor ou do Conselho Pedagógico.

6. Das seguintes Faculdades indique a que não pertence à Universidade de Lisboa?

- a) Faculdade de Ciências.
- b) Faculdade de Economia.
- c) Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- d) Instituto de Ciências Sociais.
- e) Faculdade de Arquitetura.



Handwritten signature

7. O Estudante X requereu a anulação da sua matrícula na Licenciatura em Direito a 27 de outubro de 2022, durante o 1º semestre do ano letivo 2022/2023, tendo o seu requerimento sido deferido e por isso a sua matrícula e inscrição anulada. A 15 de julho de 2023, entregou novo requerimento para reingressar no mesmo ciclo de estudos, para o ano letivo 2023/2024. Das seguintes afirmações, assinale a que está correta.

- a) Dado que o estudante já havia estado matriculado no ciclo de estudos, o seu pedido deve ser deferido.
- b) Dado que não existem limitações quantitativas para os reingressos no ensino superior, o seu pedido deve ser deferido.
- c) O pedido de reingresso do estudante só poderá ser deferido no âmbito de uma candidatura ao ano letivo 2024/2025.
- d) Dado que o estudante anulou a matrícula não poderá reingressar no mesmo ciclo de estudos.

8. A avaliação de conhecimentos do curso de Licenciatura em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é regida por um regulamento próprio. De acordo com este Regulamento existem dois tipos de aulas: as aulas teóricas e as aulas práticas. As aulas práticas estão destinadas aos alunos inscritos nas várias subturmas de uma determinada Unidade Curricular. Qual o número máximo de alunos permitidos por subturma?

- a) 20 alunos
- b) 25 alunos
- c) 30 alunos
- d) 35 alunos
- e) 50 alunos

9. Qual o prazo máximo que os Docentes dispõem para lançar as classificações dos exames escritos da Licenciatura em Direito?

- a) 5 dias úteis
- b) 7 dias úteis
- c) 15 dias úteis
- d) Antes do final de cada semestre
- e) Não existe prazo



Handwritten signature and initials.

10. No âmbito da 2ª fase do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público, quantos contingentes prioritários existem?

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

11. São três os métodos de avaliação previstos no Regulamento de Avaliação de Conhecimentos do Curso de Licenciatura em Direito. O Método A que implica uma avaliação contínua ao longo do semestre. O Método B que envolve somente a realização de uma avaliação final, e o método especial de avaliação de unidades curriculares optativas. No caso das Unidades Curriculares não optativas, a atribuição do Método de Avaliação depende de um conjunto de factores. Das afirmações que se seguem, indique a que não está correta.

- a) O aluno com a unidade curricular em atraso fica inscrito em Método B.
- b) O aluno inscrito em Método A pode, até ao termo do período letivo, optar por se inscrever em Método B.
- c) O aluno pode, nas primeiras duas semanas do período letivo, e mediante autorização do Professor Regente, inscrever-se em Método A de uma unidade curricular em atraso.
- d) A classificação em avaliação contínua pressupõe que tenham sido lecionadas pelo menos 2/3 das aulas da turma e das aulas da subturma previstas no calendário escolar.

12. O contrato de trabalho em funções públicas implica a realização de um período experimental de vínculo sujeito a avaliação. Para os trabalhadores integrados na carreira de Técnico Superior este período poderá ter a duração de quantos dias?

- a) 90 dias
- b) 120 dias
- c) 160 dias
- d) 180 dias
- e) 240 dias

13. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo a atividade administrativa rege-se por princípios gerais. Dos princípios infra indicados, assinale o que está relacionado com a necessidade da Administração Pública estar organizada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada.

- a) Princípio da legalidade
- b) Princípio da igualdade
- c) Princípio da boa administração
- d) Princípio da decisão
- e) Princípio da participação

14. Qual a percentagem mínima que as Instituições de Ensino Superior Públicas devem reservar para a fixação de vagas para os diversos regimes especiais de acesso e ingresso aos seus ciclos de estudo?

- a) 5% do limite máximo de admissões do ciclo de estudos.
- b) 10% do limite máximo de admissões do ciclo de estudos.
- c) 15% do limite máximo de admissões do ciclo de estudos.
- d) As Instituições de Ensino Superior Públicas, no âmbito da sua Autonomia Administrativa, não são obrigadas a reservar qualquer vaga para acesso aos seus ciclos de estudos através dos diversos regimes especiais de acesso e ingresso.

15. O Método A (Avaliação contínua) envolve várias possibilidades de classificações com efeitos diferentes no que concerne à aprovação/reprovação numa determinada Unidade Curricular do curso de Licenciatura em Direito. Das afirmações que se seguem, identifique a que está correta.

- a) Fica aprovado na unidade curricular o aluno em Método A que obtenha nota de avaliação contínua igual ou superior a 10 valores
- b) Fica admitido a exame escrito o aluno em Método A que obtenha nota de avaliação contínua de 7, 8 ou 9 valores
- c) Fica excluído da unidade curricular o aluno em Método A que obtenha nota de avaliação contínua igual ou inferior a 7 valores
- d) Fica aprovado na unidade curricular o aluno em Método A que obtenha nota de avaliação contínua igual ou superior a 12 valores
- e) Fica excluído da unidade curricular o aluno em Método A que obtenha nota de avaliação contínua igual ou inferior a 10 valores

16. O Regulamento de Avaliação de Conhecimentos do Curso de Licenciatura em Direito (RACCLD) prevê um regime de coincidências de exames. Este regime possibilita que o aluno não realize dois exames seguidos se não existir um período mínimo de intervalo. Nestes termos, o RACCLD indica que na época de recurso é considerada coincidência quando? Indique a opção correta.

- a) É agendada uma prova de exame no mesmo dia ou em dia consecutivo com qualquer outra prova de exame de qualquer época.
- b) A marcação de duas provas no mesmo dia e à mesma hora.
- c) É agendada uma prova de exame no mesmo dia ou nos dois dias consecutivos com qualquer outra prova de exame de qualquer época.
- d) A marcação de duas provas no mesmo dia.
- e) É agendada uma prova de exame no mesmo dia ou nos três dias consecutivos com qualquer outra prova de exame de qualquer época.

17. A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa oferece dois ciclos de estudo de mestrado principais, correspondentes aos seguintes ciclos de estudos: Direito e Prática Jurídica e Direito e Ciência Jurídica. Podem candidatar-se ao ciclo de estudos em Direito e Prática Jurídica os titulares de grau de licenciado em Direito, conferido por Faculdades portuguesas ou estrangeiras, na sequência de um primeiro ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios pré-Bolonha, com licenciatura de 5 anos, sendo aplicável o regime especial de créditos. Este regime especial de créditos obriga a que o aluno tenha aproveitamento num número mínimo de Unidades Curriculares. Das opções infra indique a que está correta.

- a) Aprovação em 5 Unidades Curriculares, que correspondem a 30 ECTS
- b) Aprovação em 3 Unidades Curriculares, que correspondem a 16 ECTS
- c) O regime especial de créditos apenas se aplica ao Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
- d) Aprovação em 3 Unidades Curriculares, que correspondem a 21 ECTS
- e) Nenhuma das anteriores



18. O ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Direito e Prática Jurídica corresponde a 90 créditos e a uma duração normal de 3 semestres curriculares. Ao último semestre curricular corresponde a realização da Dissertação. Quais os requisitos de admissão à preparação da dissertação de mestrado?

- a) Ter aproveitamento a todas as Unidades Curriculares do 1º ano (curso de especialização) com classificação final média de 12 valores ou superior.
- b) Ter aproveitamento a todas as Unidades Curriculares do 1º ano (curso de especialização) com classificação final média de 10 valores ou superior.
- c) Ter aproveitamento a todas as Unidades Curriculares do 1º ano (curso de especialização) com classificação final média de 14 valores ou superior.
- d) Ter aproveitamento a pelo menos 80% das Unidades Curriculares do 1º ano (curso de especialização) com classificação parcial de 12 valores ou superior.
- e) Ter aproveitamento a pelo menos 80% das Unidades Curriculares do 1º ano com classificação parcial de 14 valores ou superior.

19. A estrutura Curricular do Doutoramento em Direito, aprovada pelo Despacho n.º 6321/2016, determina a obtenção de um número de créditos (ECTS) necessário à obtenção do grau. Indique a resposta correta.

- a) 90 ECTS.
- b) 120 ECTS.
- c) 260 ECTS.
- d) 230 ECTS.
- e) Nenhuma das anteriores.

20. Nos termos do Regulamento de Estudos de Pós-Graduação da Universidade de Lisboa, quem tem a competência de propor a constituição de Júri de doutoramento.

- a) O Conselho Pedagógico da Reitoria.
- b) O Conselho Científico da Escola responsável pelo ciclo de estudos.
- c) O Diretor da Escola responsável pelo ciclo de estudos.
- d) O Conselho Pedagógico da Escola responsável pelo ciclo de estudos.
- e) O Conselho Consultivo.

